

ESTUDO SOBRE A REDE DE ATIVIDADE APÍCOLA DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

**Érica Reis Costa Carvalho¹, Eduardo Jorge de Brito Bastos², Friedhilde Maria
Kustner Manolescu³**

¹ Universidade do Vale do Paraíba/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, Av. Shishima Hifume, 2911 – Urbanova – São José dos Campos - SP, ecreis@directnet.com.br

^{2,3} Universidade do Vale do Paraíba/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Av. Shishima Hifume, 2911 – Urbanova – São José dos Campos - SP, ebbastos@univap.br, frida@univap.br

Resumo- O desenvolvimento endógeno, tendo em vista à implementação de um Arranjo Produtivo Local (APL), possibilita a formação de processos de crescimento e mudanças estruturais de uma região ou local, envolvendo atores públicos e privados, dispostos a promover um desenvolvimento equilibrado e sustentado no longo prazo. Este artigo tem por objetivo investigar se a atividade econômica de apicultura desenvolvida em alguns municípios do Vale do Paraíba Paulista possui elementos que a caracterizem em uma aglomeração significativa de empresas que atuam em torno dessa atividade produtiva. Através da realização de pesquisas documental e bibliográfica e de coleta de dados, constatou-se que a área delimitada pelos municípios de Paraibuna, Natividade da Serra, São Luis do Paraitinga, Jambeiro e Caraguatatuba, podem vir a configurar um Arranjo Produtivo Local, o que trará desenvolvimento econômico, social e tecnológico para a região, gerando aprendizado coletivo, troca de informações e aumento da competitividade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Endógeno, Arranjo Produtivo Local, Vale do Paraíba, Apicultura
Área do Conhecimento VI: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O conceito de desenvolvimento regional endógeno tem suas origens na década de 70, quando surgiu como uma proposta de modelo “da base para o topo”, partindo das potencialidades sócio-econômicas originais de um determinado local, ao invés de modelo de desenvolvimento “do topo para a base”, onde o planejamento e intervenção são conduzidos pelo Estado (Amaral Filho, 2001).

A principal questão do modelo de desenvolvimento regional endógeno se concentrou, na década de 90, em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões, dispondo elas das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia. Observando certas regiões, percebeu-se que eram dotadas de fatores produtivos próprios ou eram estrategicamente capacitadas para desenvolvê-los internamente, tendo melhores condições de atingir por si só um desenvolvimento equilibrado. (Souza Filho, 2007).

Amaral Filho (1996) define o desenvolvimento regional endógeno, na década de 90, como sendo: “(...) um processo interno de ampliação contínua

da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido”.

Este modelo de desenvolvimento concede aos atores públicos e privados (empresas, cooperativas, associações, ongs, universidades, sindicatos entre outros), a responsabilidade pelas ações de investimentos em processos de crescimento e nas mudanças estruturais de uma região ou local. Duncan (2006), reafirma Amaral Filho com a visão de que o desenvolvimento endógeno é um fator agregador à economia, mas enfatiza que a ação da sociedade civil integrada ao econômico é a responsável pelo controle crescente sobre os processos de desenvolvimento das localidades e regiões.

Para Barquero (1988 *apud* Souza Filho, 2007), o desenvolvimento endógeno é identificado através das dimensões econômica e sócio-cultural da região. Se por um lado à sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para

organizar os fatores produtivos, de outro, os valores da sociedade civil e a relação social local servem de base para o desenvolvimento equilibrado e sustentado no longo prazo. Souza Filho utiliza-se das palavras de Barquero (1988), quando ele diz que “normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar um certo conflito e contradições no processo de adaptação”.

O desenvolvimento endógeno, deste modo, é entendido como a capacidade de uma região ou local em valorizar e aproveitar o seu próprio potencial, promovendo mudanças sócio-econômicas e culturais, que desencadeiem um processo de sustentabilidade local. Uma das estratégias que vem sendo utilizada para a promoção de tal processo, é a identificação de atividades produtivas existentes em uma determinada localidade, que sejam caracterizadas como aglomerações geográficas de empresas individuais, que ao se relacionarem, entre si e a outras instituições, passam a configurar em um Arranjo Produtivo Local (APL).

O melhor entendimento sobre APL vem de Albagli e Brito (2002), quando o definem como: “a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento”.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é investigar se a atividade econômica de apicultura desenvolvida em alguns municípios do Vale do Paraíba possui elementos que a caracterizem em uma aglomeração significativa de empresas que atuam em torno dessa atividade produtiva, que possam propiciar um desenvolvimento endógeno para a região.

Metodologia

Este trabalho parte de uma investigação qualitativa, baseada em:

- pesquisas documental e bibliográfica, para atender a identificação da base de referência conceitual adotada para o trabalho como um todo.
- coleta de dados primários através de entrevistas com membros da APA (Associação Paraibunense de Apicultura) e, de pesquisas de campo de observação (simples e participante), para identificação e delimitação geográfica da área de estudo com concentração de atividades agrícolas de apicultura.
- coleta de dados secundários na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para obtenção de dados sobre a área de estudo.

Resultados

A área de estudo, Região do Vale do Paraíba Paulista, localiza-se entre as duas mais importantes metrópoles brasileiras, no sudeste do país, no eixo Rio – São Paulo. É constituída por 40 municípios, situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra e do Rio Paraíba do Sul, entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar. No litoral, transpondo a Serra do Mar, existem mais quatro cidades que também integram esta complexa malha urbana. Dentre os 40 municípios, destaca-se como área de estudo: Caraguatatuba, Jambuí, Natividade da Serra, Paraíba do Sul e São Luís do Paraitinga.

Caraguatatuba

A cidade começou a ser povoada no início de 1.600. Com sua atividade economia voltada para turismo, comércio, serviços, pesca e agricultura, possui população fixa de 76.386 habitantes, sendo que apenas 3.680 está na zona rural. Sua taxa de urbanização é de 96,11%. Seu principal acesso para o Vale é a Rodovia dos Tamoios, SP-99.

Jambuí

Jambuí, nasceu em 1871 e cresceu rapidamente por meio da produção cafeeira. Após o declínio do café, teve a sua economia voltada para a pecuária bovina leiteira e de corte e, ainda, a extração vegetal e mineral e a agricultura. Com 183,7 km² e taxa de urbanização de 53,9% possui hoje uma população de aproximadamente 3.993 habitantes, destes 2.059 está na zona rural do

município. Tem como via de transportes as Rodovias Estaduais SP-99 Rodovia dos Tamoios e a SP-103, ambas fazem a principal ligação com os demais municípios do Vale do Paraíba, através da Rodovia Presidente Dutra.

Natividade da Serra

Surgiu em 1853, em território, até então, pertencente ao município de Paraibuna. Em 1863, eleva-se à Vila Natividade e, somente em 1935, conquista a condição de cidade, tendo a pecuária como principal atividade econômica. Hoje, voltada para o turismo, possui 832,6 km², com uma população de 6.944 habitantes. Destes 4.093 está na zona rural do município que possui uma taxa de urbanização de 43,98%. Tem como via de transporte a Rodovia Estadual SP-121 que faz ligação às cidades de Redenção da Serra e Taubaté, e a Rodovia Presidente Dutra.

Paraibuna

Começa a se desenvolver na metade do século XIX, com a cultura de café. Com a construção das barragens da CESP (Companhia Energética de São Paulo), a cidade busca novas possibilidades, com o uso da represa para várias atividades. Hoje, vem buscando novas alternativas para o seu desenvolvimento, principalmente com atividades voltadas ao turismo. Sua população é de 18.336 habitantes, destes 11.694 estão na zona rural do município cuja taxa de urbanização é de 28,64%. A principal via de acesso ao município é a SP-99, Rodovia dos Tamoios, que faz ligação com as Rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto.

São Luis do Paraitinga

Fundada em 1769, a cidade é tombada como monumento histórico estadual, pelos prédios que retratam a arquitetura colonial. Sua população é de aproximadamente 10.417 habitantes, sendo que 4.274 estão na área rural, cuja taxa de urbanização é de 60,37%. O turismo é à base da sua economia, junto com a agricultura e a pecuária. Com 617,1 km², tem como principais vias de transportes as Rodovias Estaduais SP-125, ligação com o Litoral Norte, a SP-153, ligação com os municípios de Lagoinha e Cunha, e a Rodovia Presidente Dutra com os demais municípios do Vale do Paraíba.

Conforme demonstra a Figura 1, a atividade apícola no Vale do Paraíba Paulista não se encontra concentrada em só município. Entretanto, nota-se a proximidade geográfica entre os cinco municípios que possuem maior representatividade

da produção apícola na região. De acordo com as pesquisas realizadas, a distribuição da produção na área de estudo pode ser estabelecida pelo número de apicultores por município, em uma escala por ordem de grandeza, sendo: Caraguatatuba (0-15%), Jambeiro (15%-25%), Natividade da Serra e São Luis do Paraitinga (25%-30%) e, com maior representatividade, Paraibuna com mais de 30%.

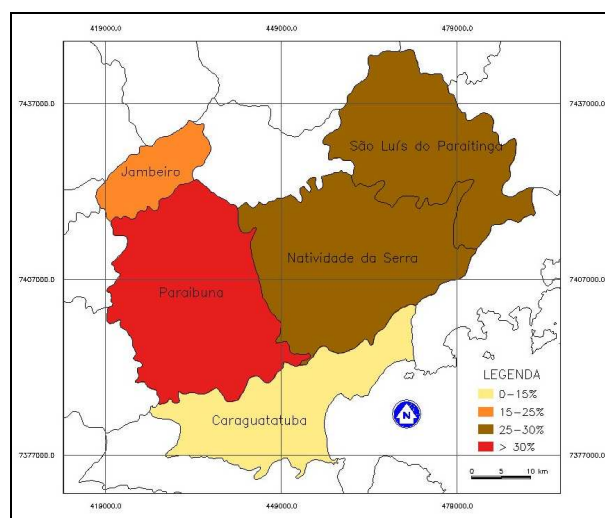


Figura 1 – Municípios com atividade apícola

Segundo a APA, a maioria dos apiários existentes nesta região não é legalizada. Os agricultores afirmam que “além de existir uma burocracia muito grande para a legalização, eles temem que a formalização das empresas aumente os gastos e faça com que o produto fique muito caro”.

Na região estudada, verificou-se que 82% da mão de obra empregada na atividade de produção é a proprietária-familiar, que se vale do conhecimento prático deste ramo de atuação, fazendo-se necessário o aprimoramento através de conhecimento técnico.

Após o levantamento de dados através das entrevistas com os apicultores, constatou-se que, aproximadamente, 95% das colméias são fixas, tendo como produção pólen, mel, própolis e cera.

De acordo com o Sebrae (2007), dos apiários da região em estudo, apenas 18% possuem um planejamento de produção e, somente 30% faz o controle das operações de produção.

A venda dos produtos (60%) não ultrapassa os limites do território do apicultor. Apesar de a produção individual ser bem significativa, não há um mercado consumidor que absorva toda a produção e nem plano de divulgação. O maior problema exposto pelos apicultores, em relação ao mercado, é a dificuldade de conseguir o CIF (Certificado de Inspeção Federal): “a autorização é

necessária para ampliar o mercado e poder vender em farmácias e supermercados, só que o gasto é muito alto". (APA, 2007)

Discussão

Nos últimos anos se avançou muito na discussão da importância dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) como indutores do desenvolvimento regional.

Os APLs, segundo Nunes (2007), trainee do Sebrae, surgem como fruto de anos de dedicação e insistência da população de uma determinada região em uma atividade em que eles se sentem enraizados por motivos sociais e culturais. Esta afirmação se encaixa perfeitamente a população da região apresentada que, há anos, executam uma atividade cuja participação na renda familiar é irrisória, porém a produção da maioria é tradicionalmente passada por gerações.

A região onde um APL vai ser estabelecido não é determinada pelas fronteiras geopolíticas. Ela pode extravasar municípios, estados ou regiões, pois o que a demarca é a própria existência da atividade produtiva resguardando os costumes e características dos produtos e da população do território. Valendo-se de Nunes (2007), os municípios de Caraguatatuba, Jambeiro, Natividade da Serra, Paraibuna e São Luis do Paraitinga, demarcam a região de um APL pela prática da produção apícola existente em cada um.

Entretanto, Nunes (2007) afirma que "não basta uma grande quantidade de pessoas ou empresas no mesmo ramo atuando no local. É preciso certa organização desse elo produtivo e de sua interação com outros atores tais como universidades, empresas de pesquisa, federações, governo, bancos, etc".

Apesar do número significativo de apicultores da região, a produção é realizada diariamente sob a inexistência de uma organização produtiva, tendo como outro ator participante apenas as Prefeituras Municipais. (APA, 2007)

Assim, um APL deve ser visto como uma nova forma uma oportunidade de alcançar os objetivos que uma sociedade almeja através do controle da cadeia de processos.

Conclusão

A partir da concepção de que o desenvolvimento endógeno pode desencadear um processo de sustentabilidade local, postula-se que o Vale do Paraíba Paulista, especificamente, a área delimitada pelos municípios de Paraibuna, Natividade da Serra, São Luis do Paraitinga, Jambeiro e Caraguatatuba, representativos na atividade de produção apícola, pode vir a

configurar um Arranjo Produtivo Local como estratégia para o desenvolvimento da região. O APL trará benefícios para todas as empresas envolvidas, direta ou indiretamente na produção, e as comunidades locais, possibilitando o aprendizado coletivo, a troca de informações e o aumento da competitividade.

Referências

- ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. Rede Sist, 2002.
- AMARAL FILHO, Jair. (1996). Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 07.jun.2007.
- _____. (2001). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 23. jun. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 07.jun.2007.
- DUNCAN, M. Discussão e Compreensão das Áreas de Resultados Propostas pelo Programa Nacional de desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: Dinâmica Econômica nos Territórios Rurais. MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Planejamento 2005-2006, 3ª etapa. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em jun.2007.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. (SEADE) Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: jun.2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: jun.2008.
- NUNES, Breno. Arranjo Produtivo Local: Oportunidades para caprinovinocultura do Sertão do Cabugi. SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: jun.2007.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: maio.2007.
- SOUZA FILHO, J.R. de. Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação. Disponível em: <http://nutep.ea.ufrgs.br>. Acesso em: 07.jun.2007.